

# Trabalho na Capital

Sadi Dal Rosso (organizador)



2011

## 7. CRISE SÓCIOECONÔMICA E PROCESSO DE TRABALHO. À BUSCA DE UMA RELAÇÃO TEÓRICA

Sadi Dal Rosso, Fábio Marvulle Bueno, Aldo Antonio de Azevedo, Erlando da Silva Rêses, Perci Coelho de Souza, Zilda Vieira de S. Pfeilsticker, Isabel Pojo do Rego, Roberto Henrique S. Gonzalez, Robson Santos C. Silva, Tiago Oliveira, Thiago Carneiro, Izabel Cavalcanti I. Parente, Samuel Martins, Thamires Castelar, Natalia Alves C. O. Silveira, Ariel Martins C. Azevedo, Samuel Nogueira Costa.

### Introdução

A crise financeira-econômico-social iniciada em 2008 e que se projeta até os dias de hoje repercutiu amplamente no mundo jornalístico, na esfera acadêmica e no mundo real. Análises são feitas sobre aspectos os mais variados, seja no campo puramente financeiro e econômico, seja nas relações entre economia e trabalho. Um aspecto, em especial, não tem recebido análise até o momento: a vinculação entre períodos de crise e o processo de trabalho. A organização do trabalho vem sendo modificada no decorrer da atual crise em algum aspecto significativo? De que maneira? O que afirma a teoria e o que revela a pesquisa empírica concreta nos locais de trabalho?

Este capítulo propõe-se a explorar questões como estas e suscitar hipóteses sobre a relação teórica das crises capitalistas com mudanças na organização do processo de trabalho, entendidas como tentativas de reorganizar o trabalho em função da crise, estratégias que permitam ao capital contornar a crise e voltar a trilhar os caminhos da acumulação, conduzindo possivelmente a novas formas de exploração do trabalho e de produção da mais-valia absoluta e relativa.

Das muitas abordagens do tema, serão destacadas a forma como as gerências organizam a mão de obra para desenvolver as atividades, as formas como se relacionam com os trabalhadores, as maneiras de organizar o trabalho de forma a extrair dele mais resultados, o grau de intensidade exigido no processo de trabalho, os tempos vivos e os tempos mortos, o envolvimento da subjetividade do trabalhador com a empresa e com as atividades realizadas. Desde há muito, a organização do trabalho não é um processo empírico, mas ditado pelos princípios formulados pelas escolas de gestão do trabalho. Na contemporaneidade, o toyotismo, o pós-fordismo, a acumulação flexível entre outras modalidades respondem pela liderança da maneira de organizar o processo de trabalho no sentido de torná-lo o mais produtivo possível para o capital. Caberia questionar se estas formas mais reconhecidas têm condições de passar incólumes pela atual crise econômica, se atingiram seus limites, se estão sendo alteradas, que modificações sofrem neste momento de desenvolvimento da crise e quais as implicações destas mudanças.

Recuperar as contribuições teóricas elaboradas através do tempo por expoentes especialmente críticos sobre crises no capitalismo é uma parte imprescindível do trabalho de análise. Igualmente imprescindível é realizar o percurso de evolução dos principais sistemas de gestão do trabalho, reconhecidos internacionalmente. Tais discussões são fundamentais, uma vez que apresentam bases para formular possíveis hipóteses sobre o entendimento de modificações da organização do trabalho no curso de crises.

A seguir, registramos a estrutura do presente trabalho. Neste capítulo, fazemos um breve balanço do debate da crise atual, englobando os expoentes das grandes correntes marxistas e não marxistas



de explicação das crises capitalistas, mostrando para cada uma as possibilidades de relacionarem mudanças no processo de trabalho e crises capitalistas. Em seguida, retomamos a obra de Marx para sugerir a taxa média de lucro como uma forma de conectar crise e organização do processo de trabalho, para então retomarmos os contornos das grandes escolas de gestão do trabalho no século XX, destacando a influência da taxa média de lucro na transição entre elas. No capítulo seguinte, fazemos um relato detalhado da observação de campo, realizada nos diversos setores de atividade do Distrito Federal, iniciando por uma análise agregada empregando dados levantados pelo Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Sócio-Econômicas–DIEESE.

## 7.1. Teorias da crise e trabalho

As explicações sobre a origem e natureza das crises periódicas que assolam o modo de produção capitalista constituem um assunto ímpar nas reflexões das Ciências Sociais. Shaikh (1983) propõe um interessante agrupamento em três grandes correntes de explicação das crises capitalistas, as quais ostentam diferentes noções de viabilidade de reprodução do capitalismo.

Uma primeira corrente defende a total viabilidade do capitalismo, o qual se reproduziria automaticamente, tendendo sempre a um estado de equilíbrio eficiente, sendo as abordagens de Keynes (1996) e Krugman (2009) algumas das mais significativas desta linha interpretativa.

Keynes (1996) encara as crises como um fato intrínseco ao sistema e enfatiza o papel central desempenhado pelos capitalistas, responsáveis pela diminuição da demanda agregada da economia quando suas expectativas sobre a eficiência marginal do capital<sup>38</sup> diminuem, implicando em um menor volume ou mesmo adiamento de investimentos e conseqüentemente na diminuição do nível de emprego na economia. Por não se valer de uma teoria do valor trabalho e enfatizar o subjetivismo das expectativas capitalistas, a obra de Keynes não fornece pistas sobre a relação das crises com as formas de organização dos processos de trabalho.

Já Krugman (2009) privilegia a perspectiva financeira. A gênese da crise estaria, por um lado, no surgimento de um duplo sistema bancário: o sistema bancário regulamentado pelo Estado em alguns procedimentos básicos e o sistema bancário paralelo (*shadow finance*), este último fugindo completamente aos controles dos Estados-Nação e de regulações internacionais. Por outro lado, a natureza da crise atual se vincula às crises anteriores<sup>39</sup>, sendo elas partes da grande crise de 2008. O autor recoloca o esquema no qual a perda de confiança dos mercados financeiros gera fuga de capitais, desvalorizações cambiais, subida das taxas de juro e recessão econômica, resultando em problemas financeiros para companhias, bancos e domicílios (KRUGMAN, 2009, p. 90). Para Krugman, após circular pela periferia – ainda que o Japão não possa ser pensado como periferia – a crise irrompe no coração do sistema financeiro e expõe todo seu poder de contaminação transformando-se num revés global.

Assim como Keynes, o horizonte de análise de Krugman não toma o trabalho como categoria analítica, de maneira que sua interpretação da crise não acresce ao entendimento da relação entre

<sup>38</sup> Entendida como a comparação das expectativas futuras de renda de um determinado investimento em relação a outras possibilidades, notadamente títulos financeiros que proporcionam uma remuneração à determinada taxa de juros.

<sup>39</sup> A crise mexicana e a crise argentina dos anos 1990, a armadilha japonesa, a desvalorização da moeda tailandesa em 1997, o contágio nos países da Ásia, Hong Kong e Rússia no ano de 1998.



ela e o processo de trabalho. Outras interpretações sobre a atual crise que se encaixam nesta primeira corrente analítica reforçam a impossibilidade de relacionarem crise e organização do processo de trabalho, a exemplo dos defensores das políticas neoliberais que atribuem a crise aos excessos e imprudências cometidos pelo mercado financeiro (WOLF, 2008a e 2008b; LOPES, 2008), ou daqueles que sublinham a estrutura das relações de endividamento e crédito engendrada nos últimos anos como causa da crise, focando o âmbito da circulação do capital em detrimento da produção (LORDON, 2007, 2008; CHESNAIS, 2008a, 2008b; FARHI et al, 2008; CARVALHO, 2008).

Uma segunda corrente de explicação das crises capitalistas defende a incapacidade do sistema capitalista se auto-expandir, com limites externos ao sistema capitalista. Tal vertente interpretativa vem se apresentando no debate sobre a atual crise sob o argumento da ocorrência de uma verdadeira crise civilizatória (DIERCKXSENS, 2008a, 2008b; AMIN, 2008; BEINSTEIN, 2008), dada a conjunção ou sincronia de várias crises - ecológica, climática, alimentar, econômica, energética, ideológica, cultural - derivadas da dinâmica do capitalismo em áreas ou dimensões específicas. Da mesma forma que a corrente anterior, não possibilita maiores conexões teóricas entre a crise e o processo de organização do trabalho, uma vez que suas variáveis analíticas encontram-se fora do circuito de reprodução ampliada do capital.

A terceira corrente de explicação das crises capitalistas vê a possibilidade do capitalismo auto-expandir-se, mas sempre com aprofundamento de contradições internas que desembocam em crises. Traz a possibilidade para o estabelecimento de uma relação teórica entre crise e as formas de organização do trabalho, apesar de não o fazer, a exemplo daqueles que privilegiam a explicação da crise pela trajetória da taxa de lucro (HUSSON, 2008a, 2008b; TORRADO, 2008), ou naqueles que destacam o caráter cíclico da superprodução de capitais (MONTES, 2008).

Dois grandes expoentes desta corrente são Kurz (1993a, 1993b, 2009a, 2009b, 2009c) e Mézáros (2002 e 2009). Para Kurz, socialismo e capitalismo fazem parte de um mesmo processo de modernização, embora os mecanismos de operação concreta sejam diversos.

Kurz pontuava que a crise que estava amadurecendo no cerne do capitalismo sob a batuta neoliberal, não é mais daquelas crises cíclicas como são conhecidas desde o processo de extensão e preponderância dos modernos sistemas de mercado, mas uma crise estrutural que vai mais fundo, na qual a contradição intrínseca à economia de mercado vem à tona, ou seja, um dilema insolúvel em termos de mercado como um processo que está no cerne da natureza do capitalismo.

A concorrência no mercado mundial torna obrigatório um padrão de produtividade, configurado pela combinação de ciência, tecnologia avançada e grandes investimentos. O aumento da produtividade em vários setores significa dispensa de trabalhadores em números absolutos, ou seja, o capital começa a perder a faculdade de explorar trabalho (SCHWARZ, 1993; p. 11). Assim, a força de trabalho disponível torna-se cada vez mais desnecessária. Daí o desemprego, o subemprego e o emprego supérfluo crescente (PRADO, 1993; p. 152). A fórmula keynesiana contra a ameaça do desemprego em massa devido à falta de crescimento seria a redução de horários, a fim de manter postos de trabalho. Para o capital, porém não se trata simplesmente do emprego, mas da produção de mais valia ao nível da produtividade exigido pela concorrência e constantemente acrescido, o que torna supérflua a força de trabalho numa progressão crescente. A preservação do emprego, nesse contexto, só seria possível através da produção adicional de mais valia.



A obra de Kurz trata do desemprego, do trabalho supérfluo e da redução das horas de trabalho, pressupondo uma conexão entre crise e organização do processo de trabalho, principalmente ao apontar a tendência da intensificação das condições laborais, mas não chega a formular explicitamente sobre a relação entre crise e organização do processo de trabalho.

Mészáros (2002) trabalha com a idéia de limites absolutos de reprodução do capital<sup>40</sup>, e propõe a divisão das crises entre cíclicas e estruturais (MÉSZÁROS, 2009), enquadrando as crises do passado na primeira divisão, e aquelas posteriores aos anos 1960 na categoria estrutural, por terem, segundo Antunes (2009:12), “a forma de uma crise endêmica, cumulativa, crônica e permanente (...) uma nova fase, sem intervalos cíclicos entre expansão e recessão, mas renunciando a eclosão de precipitações cada vez mais frequentes e contínuas”. O autor lista as tentativas de solução para a crise estrutural do capital, que são a repressão, a guerra, o desemprego crônico e a intensificação da taxa de exploração (MÉSZÁROS, 2009: 61-69).

Para a discussão da vinculação entre crise e processo de trabalho, Mészáros aponta para a observação de duas consequências da crise. A primeira é a questão do desemprego crônico. A segunda é a corrosão ou precarização do trabalho.

Para Mészáros (2002 e 2009), a crise estrutural do sistema de capital conduz necessariamente à intensificação da taxa de exploração, o que envolve a dimensão da organização do processo de trabalho. Entretanto, a exemplo de Kurz, Mészáros não dirige suas preocupações e análises para estabelecer uma teoria que relacione adequadamente a observação de mudanças no processo de trabalho e as crises capitalistas.

Este breve balanço do debate da crise atual, englobando os expoentes das grandes correntes de explicação das crises capitalistas, mostra que apenas as interpretações calcadas na possibilidade de auto-expansão do capitalismo com aprofundamento de suas contradições internas tratam, e de forma indireta por meio da categoria de intensificação da exploração, a questão da relação entre crise e formas de gestão do processo de trabalho. Entretanto, isto sinaliza a possibilidade de encontrarmos importantes elementos para a ligação entre crise e processo de trabalho na obra original de Marx (1998).

## **7.2. A taxa média de lucro e a conexão entre crise capitalista e sistema de trabalho**

A interpretação de Marx (1998) estrutura-se sobre a Teoria do Valor Trabalho, enfatizando a organização da força de trabalho assalariada para a extração de mais-trabalho como o pilar do processo de reprodução ampliada do capital e da definição da taxa de lucro. A busca incessante do aumento do tempo de trabalho acima do necessário para a reprodução da força de trabalho (mais-valia) é o princípio norteador da organização econômica, política e social do capitalismo, determinando as formas de organização da produção capitalista predominantemente internacionalmente. Esta última dimensão é tratada comumente pela Sociologia no que podemos chamar de Teorias da Organização da Produção, denominando as escolas de gestão da força de trabalho pelos termos Taylorismo, Fordismo e Toyotismo, e tenta sintetizar um conjunto de questões, indo da organização e resistência dos trabalhadores submetidos a determinados esquemas de produção, até a dimensão tecnológica na definição dos processos de trabalho (hierarquias funcionais, divisão de tarefas, etc.).

<sup>40</sup> Derivada da impossibilidade de o capital a) transnacional conviver com os estados nacionais promovendo a igualdade substantiva dos direitos; (b) promover a emancipação plena das mulheres; (c) preservar o meio ambiente; e (d) acabar com o desemprego crônico.



Marx (1998) sublinha também o papel necessário das crises na manutenção do modo de produção capitalista<sup>41</sup>, solução contra a superacumulação de capitais ao desvalorizar e destruir aqueles que não alcançam uma taxa de lucro adequada para garantir a própria reprodução ampliada e a do conjunto dos capitais.

É possível estabelecer uma conexão entre as crises periódicas de acumulação e as mudanças na organização da força de trabalho, ainda que estas últimas não dependam apenas de crises para mudar, por meio da relação entre a taxa de mais-valia e da composição orgânica do capital, a chamada taxa média de lucro, representada em (1):

$$\frac{m/v}{I + c/v} \quad (1)$$

Onde  $m$  é a massa de mais-valia,  $v$  o capital variável e  $c$  o capital constante, sendo as relações  $m/v$  e  $c/v$ , respectivamente, a taxa de mais-valia e a composição orgânica do capital.

Uma vez que as formas de organização da produção capitalista tratam do padrão predominante de extração da mais-valia em um determinado momento, influenciando a taxa de mais-valia, pode-se partir da taxa de lucro média para estabelecermos a relação entre crise capitalista e a forma hegemônica de organização do processo de trabalho.

Segundo a Lei da Tendência Decrescente da Taxa de Lucro, o funcionamento da economia capitalista tende a elevar  $c/v$  (composição orgânica do capital) muito mais intensamente do que a relação  $m/v$  (taxa de mais-valia), fazendo com que a taxa média de lucro da economia decline e não permita ao conjunto dos capitais perseguir seu fim último, o de se valorizar infinitamente. Instaura-se, então, uma crise de sobreacumulação cuja solução para os capitalistas envolve tanto o aumento da taxa de mais-valia, como a destruição ou desvalorização de parte dos capitais, que diminuiria  $c/v$  (composição orgânica do capital) e abriria novamente possibilidade de elevação da taxa de lucro.

Nas crises de sobreacumulação, a taxa média de lucro declina, sugerindo que a forma predominante de organização do processo de trabalho vigente não consegue garantir a produção da mais-valia no montante necessário para a valorização do conjunto dos capitais, desdobrando-se em duas possibilidades a examinar.

A primeira possibilidade é a do crescimento da taxa de mais-valia a um ritmo inferior ao da composição orgânica do capital ( $c/v > m/v$ ), mas ainda aceitável para a reprodução do conjunto dos capitais. Aqui, a organização do processo de trabalho tem um sucesso relativo, ou seja, consegue organizar a força de trabalho de forma a elevar a extração de mais-valia, mas não o faz no ritmo imposto pelo aumento do capital constante. Assumindo que os capitais de maior composição orgânica são teoricamente menos afetados pela queda da taxa de lucro média, não encontraríamos a necessidade de uma mudança generalizada nas formas de organização da produção capitalista predominantes.

Uma segunda possibilidade é o declínio da taxa média de lucro decorrer de um crescimento de  $m/v$  (taxa de mais-valia) a um ritmo muito inferior a  $c/v$  (composição orgânica do capital), só que em um ritmo inviável para a reprodução do conjunto dos capitais, equiparando-se à possibilidade de declínio em  $m/v$  (taxa de mais-valia). Aqui, a falta de sucesso em organizar e disciplinar a força de trabalho

<sup>41</sup> Ver os capítulos 3 e 23 do livro I, e seção III do livro III em MARX (1998).



colocaria a necessidade de mudanças consideráveis nas formas predominantes de organização dos processos de trabalho<sup>42</sup>.

Ou seja, momentos de crise incentivariam a modificação e difusão de novas formas de organização do processo de trabalho para o conjunto dos setores mais importantes da economia capitalista, a exemplo do Toyotismo, concebido na década de 1950 e difundido apenas nos anos 1970, substituindo o Fordismo como paradigma produtivo em meio à crise de acumulação que se instaurou naquele período.

A relação entre a difusão e consolidação de formas predominantes de organização do trabalho e a trajetória da taxa de lucro média e dos sistemas de trabalho pode ser verificada empiricamente a partir de trabalhos como o de Duménil e Lévy (2007), que fornece uma proxy da taxa média de lucro na economia mundial nos últimos 45 anos, por meio da estimativa da taxa de lucro privadas para os Estados Unidos e Europa (França, Reino Unido e Alemanha) de 1960 a 2005, conforme o Gráfico 1. Como não se dispõe, até o momento, de trabalhos com estimativas confiáveis para as taxas de lucro mundial antes da segunda metade do século XX, nossa análise se restringirá à passagem do Taylorfordismo para o Toyotismo.

<sup>42</sup> É importante ponderarmos que a busca de novos métodos e processos de organização da produção capitalista independe dos momentos de crise. A concorrência intercapitalista e a resistência da classe trabalhadora impõe ao capitalista individual a constante tarefa de rever e revolucionar a produção a fim de aumentar a extração de mais-valia e conseqüentemente sua taxa de lucro.



### Gráfico 1 – Taxa de lucro privada nos EUA e na Europa (Inglaterra, França e Alemanha)



Fonte: Duménil & Lévy (2007)

O Gráfico 1 sugere que a difusão e consolidação do Toyotismo coincide historicamente com um período de queda da taxa de lucro mundial, a qual sofre uma importante retomada em meados dos anos 80, momento em que a organização da produção nos moldes toyotista é complementada pelo advento de governos e políticas neoliberais nestes países, reforçando a capacidade de disciplinar a força de trabalho e elevar a extração de mais-valia. Ou seja, baixa da taxa de lucro média no terceiro quarto do século XX mostrava a incapacidade do Taylorfordismo em continuar extraindo satisfatoriamente mais-valia do conjunto da classe trabalhadora, colocando a necessidade de outro método ou paradigma produtivo para a economia capitalista ao nível mundial.

### 7.3. Formas de Organização do Trabalho – Taylorismo, Fordismo e Toyotismo

No final do século XIX, o engenheiro norte-americano Frederic W. Taylor (1856-1915) empreendeu estudos para aperfeiçoar a forma de organização do trabalho em linhas de operação e montagem. Surge, assim, o taylorismo, termo que compreende um conjunto de técnicas e princípios concernentes a organização do processo de trabalho, a relações sociais de produção e a um mecanismo de remuneração que relaciona rendimento a produção (CATTANI; HOLZMANN, 2006).

O legado do taylorismo é a fragmentação do trabalho. Taylor propunha aperfeiçoar a divisão entre trabalho intelectual de planejamento, concepção e direção, de um lado, e trabalho manual da produção direta, de outro. O objetivo primordial do trabalho intelectual era eliminar qualquer autonomia do trabalhador na produção, visando o aumento e a garantia de expansão do mercado e do lucro. Aliado a este propósito estava o enfraquecimento da indolência, do ócio e da lentidão entre os trabalhadores,





por meio de movimentos elementares e ritmados pela velocidade da máquina, especialmente com o uso da esteira móvel. Deste modo, a organização do trabalho pelo taylorismo transformou-se em atividade fragmentada, repetitiva, monótona e desprovida de sentido. O trabalhador perdeu a sua capacidade de usar a criatividade e foi mais intensamente alienado do conteúdo do seu esforço produtivo.

No método taylorista o trabalhador é conduzido a produzir mais trabalho no mesmo período de tempo considerado e dentro das condições técnicas vigentes, pois Taylor não propôs que as empresas gastassem mais com máquinas, equipamentos e tecnologias aplicadas. Aumenta a carga de trabalho pelo volume de produto produzido ou pela redução do quadro de pessoal necessário para executar determinada tarefa ou ainda em termos de velocidade ou ritmo dos movimentos (DAL ROSSO, 2008).

O taylorismo difundiu-se por praticamente todos os setores de atividades (BRAVERMAN, 1981). Os princípios tayloristas são total ou parcialmente aplicados em todos os setores produtivos, a despeito de se registrarem novas formas de trabalho calcadas na autonomia relativa ou na polivalência dos trabalhadores. Eles permanecem como uma estratégia patronal na lógica capitalista, sob a alegação da inevitável divisão do trabalho e da separação entre dirigentes e executores, assim como da manutenção de hierarquias (CATTANI; HOLZMANN, 2006).

No início do século XX, a emergência da indústria do automóvel irá permitir que capital e trabalho escrevam mais uma nova página de sua história na sociedade capitalista. Inicia-se, assim um período áureo do capitalismo que passou a ser denominado fase fordista ou Fordismo.

Henry Ford, empresário americano e ícone do capitalismo do século XX, ao instituir o dia de trabalho de oito horas e cinco dólares de salário, não estava apenas estimulando os trabalhadores a se disciplinarem ao sistema de linha de montagem e permanecerem em suas fábricas, mas também objetivava reduzir o custo com treinamento e manutenção de mão-de-obra. Para ele, renda e tempo de lazer eram ingredientes que contribuíam para que os trabalhadores consumissem bens produzidos em massa, permitindo assim a instauração de um ciclo virtuoso: maior consumo, maior produção para as grandes corporações, possibilidades de geração de empregos e renda, estímulo ao consumo.

O regime fordista passou a representar a própria autoconsciência da sociedade moderna. A sua produção, fundamentada no automatismo dos gestos, na rotina da produção homogeneizada, na separação entre planejamento e execução, no estabelecimento rígido de hierarquias, reproduzia a ordem racionalista e instrumental dessa sociedade.

Harvey (2003) fala que, embora tenha sido um modelo de sucesso, o estabelecimento do Fordismo implicou em uma longa e complicada história de quase cinquenta anos. Somente após 1945 é que se chegou a uma configuração, tensa, mais firme, entre os três pilares que viabilizaram a vitoriosa expansão do Fordismo até meados de 1973: o grande Estado-Nação, o grande capital e o grande trabalho. A emergência do Estado-Nação no cerne desse pacto social decorreu da necessidade de gerenciar politicamente a relação capital-trabalho. Essa relação se operava em uma sociedade de classes, permeada por conflitos, cujo equilíbrio dependia de arbitragens e compromissos negociados.

Os trabalhadores e os sindicatos assumiram novos papéis e funções com relação ao desempenho nos mercados de trabalho, o que significou reconhecer a ordem capitalista como limite do movimento sindical, legitimando os capitalistas como detentores dos meios de produção e organizadores do processo produtivo. Esse posicionamento contribuiu para a derrota dos movimentos operários radicais



que ressurgiram após a Segunda Guerra Mundial, consolidou o campo político para os mecanismos de controle do trabalho e fortaleceu o pacto que possibilitou a consolidação e expansão do Fordismo.

A universalização do Fordismo, aliada às políticas de cunho intervencionista de Keynes, que orientavam a gestão macroeconômica por parte do Estado, ainda que em níveis diferenciados de intensidade, se manteve em trajetória ascendente até meados de 1973, principalmente nos países em que o crescimento estável da demanda podia ser acompanhado por investimentos de larga escala na tecnologia de produção de massa.

Em países periféricos, como o Brasil, o Fordismo se implantou em termos mais precários, decorrente do fato de que o desenvolvimento industrial se deu em contexto de forte concentração de renda.

No início da década de 1970, após um período de mais de vinte e cinco anos de crescimento, iniciou-se uma profunda crise nas economias dos países capitalistas centrais, correspondente ao período de queda das taxas de lucro (Gráfico 1), manifestando-se na aceleração das taxas de inflação, na redução da produtividade e dos índices de crescimento, na elevação do déficit público e no aumento do desemprego. O entrelaçamento desses fatores passou a configurar a crise e o esgotamento do modelo fordista. A desaceleração dos mercados consumidores implicou na redução dos investimentos que, do ponto de vista fiscal, diminuiu a capacidade de tributação do Estado, comprometendo suas receitas que garantiam o seguro-desemprego e toda uma rede de benefícios do Estado de Bem-Estar Social. Se essa situação por um lado reduzia os recursos fiscais do Estado, por outro lado, face ao crescente desemprego, esse mesmo Estado se via obrigado a intensificar seus programas de assistência, gerando crescentes déficits públicos e elevação dos preços. Pelo fato dessa crise ter atingido a organização do trabalho, passou a haver um endurecimento nas lutas das classes trabalhadoras. Propagou-se, assim, o questionamento do conjunto de normas previamente aceitas e estruturalmente acordadas entre os três pilares - Estado-Nação, capital e trabalho - que davam sustentação ao Fordismo.

Uma farta literatura foi desenvolvida para explicar essa crise. Para Antunes (2001, p.40), o ciclo de vigência e esgotamento do modelo econômico fordista-keynesiano, que tinha no Estado de Bem-Estar Social a sua base de sustentação como cimento político e ideológico, dará indícios de enfraquecimento ao final dos anos de 1960 porque um componente decisivo se apresentou à crise do Fordismo: "o ressurgimento de ações ofensivas do mundo do trabalho e o conseqüente transbordamento da luta de classes". Para Antunes, o trabalho contemporâneo se manifesta como um trabalho mais complexificado, fragmentado, heterogeneizado e ainda mais intensificado nos seus ritmos e processos.

Aglietta (1979) explica a crise do Fordismo como uma crise da reprodução da regulação salarial. A norma social de consumo do Fordismo não teria dado conta de regular a evolução do consumo privado da classe operária a não ser estimulando o antagonismo da relação salarial, daí as ondas de greve e os problemas trabalhistas do período 1968/1972. Como resultado desse processo, passou a existir uma elevação do custo social de reprodução da força de trabalho combinada com uma limitação crescente da taxa de extração de mais-valia relativa, dificultando a acumulação do capital.

Já para Harvey (2003), a crise do Fordismo em sua forma mais visível pode ser traduzida por uma palavra: rigidez. Segundo esse autor havia rigidez: a) nos investimentos de capital fixo de larga



escala e de longo prazo, responsáveis pelos sistemas de produção em massa que impossibilitavam a flexibilidade de planejamento; b) nos mercados, na alocação e nos contratos de trabalho; c) no poder da classe trabalhadora; e d) nos compromissos do Estado, que aumentavam à medida que a rigidez na produção impedia a ampliação da tributação fiscal. O único instrumento de resposta flexível estava na política monetária, que possibilitou a impressão de moeda para manter estável a economia. E, assim, começou a onda inflacionária que corroeu as bases da acumulação do capital, tendo como desfecho a crise do Fordismo que obrigou as grandes corporações a entrarem em um período de racionalização, reestruturação e intensificação do trabalho.

Ainda que sob construções teóricas diferenciadas, as análises desses autores são convergentes em duas dimensões. Primeiro, no entendimento de que a superação da crise do Fordismo foi buscada dentro de uma solução capitalista: a reestruturação produtiva, aqui entendida como o grande processo de mudanças ocorridas nas empresas com a introdução de inovações tanto tecnológicas como de modelos organizacionais e de gestão, amplamente favorecida pela expansão da doutrina neoliberal que chegou ao poder, a partir de 1979, com a vitória de Thatcher, na Grã-Bretanha, e a de Reagan, em 1980, nos Estados Unidos. Segundo, estes autores centram foco, para explicar a crise do Fordismo, em elementos particulares do capitalismo (Estado de bem-estar, regulação salarial, rigidez das políticas econômicas) que não têm capacidade de determinar a crise do sistema, mas sim manifestar ou expressar esta última, que encontra a verdadeira determinação na taxa média de lucro. Ou seja, a reestruturação produtiva e a disseminação do Toyotismo foram tentativas de superar as diversas manifestações particulares da queda da taxa média de lucro observada no período.

O Toyotismo (ou ohnismo, derivado do nome do engenheiro Taiichi Ohno, que o criou na fábrica Toyota) é uma forma de organização do trabalho que, nascido no Japão em 1945, se propagou para as grandes corporações daquele país e posteriormente, dado o seu sucesso, teve alguns de seus princípios básicos difundidos mundialmente. Podemos dizer que o Toyotismo surgiu como um componente estratégico do capitalismo para dar conta da crise da produção em massa do sistema fordista. Sua adoção em todos os segmentos da indústria automobilística, a partir de seus princípios, métodos e técnicas, tornou-se aplicável a outros ramos de serviço, o que lhe rendeu, dentre outras denominações, as de “modelo japonês” e “produção enxuta”, em razão da sua caracterização de modelo fechado e de sua adaptabilidade (CATTANI; HOLZMANN, 2006, p. 314). Assim, como principais características do Toyotismo, temos: produção diversificada e voltada diretamente para o consumo; produção baseada no estoque mínimo, garantido pelo just in time<sup>43</sup>; controle da produção de peças pós-venda por meio de registros visíveis, denominado processo kanban<sup>44</sup>; e a exigência de um trabalhador polivalente que opera com várias máquinas.

O êxito do Toyotismo decorrente da “multifuncionalidade” ou “polivalência” dos trabalhadores produziu, dentre outras consequências, a “desespecialização”, a redução do poder de negociação pelos trabalhadores mais qualificados. Ademais, aumentou sobremaneira a intensificação do trabalho, influenciando o aumento da taxa de mais-valia. É o Toyotismo que irá propiciar, com maior poder ideológico, o avanço das novas gestões organizacionais de envolvimento do trabalhador, a captura da subjetividade operária, a inserção engajada dos trabalhadores no processo produtivo.

<sup>43</sup> Just in time quer dizer produzir o produto necessário, na quantidade e no momento necessários (DAVIS, 2001, p. 407).

<sup>44</sup> Kanban é o sistema de informações que controla a quantidade de produção de cada processo (DAVIS, 2001, p. 414).



Como decorrência da reestruturação produtiva, propagaram-se para o mundo do trabalho as novas formas de organização flexível e precária do trabalho. O Brasil, a partir de 1990, sob a égide do ajuste neoliberal, passou a incorporar esse novo padrão de produção, ainda que de maneira parcial e pontual quanto às inovações tecnológicas, se comparado aos países capitalistas centrais. Entretanto, o mesmo não se pode dizer com relação às inovações organizacionais, ou seja, os novos métodos de gerenciamento do trabalho e a busca de racionalização de custos atingem de uma maneira geral as principais empresas brasileiras. Essas novas formas de organização social do trabalho já durante a década de 1980 se faziam presentes no Brasil como os primeiros prenúncios da reestruturação produtiva, tais como a adoção do modelo de gestão participativa, programas de qualidade total, visando captar o comprometimento dos trabalhadores com as metas da empresa, forma que o capital encontrou para aumentar a taxa de exploração do trabalho (PFEILSTICKER, 2008).

Na análise de Harvey (2003), foi a reestruturação produtiva, sob o suporte do Toyotismo e avançadas inovações tecnológicas, que permitiu que um novo regime de acumulação, que ele denomina de acumulação flexível, totalmente distinto do estágio anterior, se instalasse como contraponto à rigidez do Fordismo. Foram as inovações comerciais, tecnológicas e organizacionais implementadas pela reestruturação que permitiram que a flexibilidade se fizesse presente nos processos de trabalho, nos mercados de trabalho, nos produtos e nos padrões de consumo. Segundo esse autor, o trabalho organizado passou a ser minado sob dois ângulos: de um lado, a implantação de pontos de produção, sob a égide da flexibilidade, em regiões sem tradição industrial anterior aumentou a competitividade entre os trabalhadores em termos internacionais; de outro lado, esse trabalho organizado passou a incorporar normas e práticas regressivas estabelecidas nessas novas áreas.

Desde os anos de 1970, temos presenciado um mundo do trabalho extremamente desfavorável aos trabalhadores, pois atualmente crescimento econômico não significa mais necessariamente aumento de postos de trabalho. Agora, a nova crise do capitalismo, que adquiriu visibilidade a partir de outubro de 2008, ratifica mais uma vez o cenário da vulnerabilidade e precariedade dos trabalhadores. Temos visto, não obstante os vultosos recursos financeiros aportados na economia pelos governos dos países avançados, elevados níveis de desemprego naqueles países. Primeiramente a crise de desemprego espalhou-se devastadoramente pelos Estados Unidos e países do Terceiro Mundo, como o México. Em 2010, atingiu fortemente países europeus, dos quais Grécia e Espanha são exemplos, e países anteriormente socialistas, entre eles a Hungria. Desemprego e redução dos salários são consequências da crise que afetaram tanto o centro como a periferia do império capitalista mundial.

Diante de tal contexto, podemos dizer que a atual crise capitalista joga novamente foco sobre a urgente necessidade de a sociedade contemporânea repensar a relação capital-trabalho que, desde a reestruturação produtiva iniciada nos anos de 1970, transformou os trabalhadores nos grandes perdedores desse embate. A avançada tecnologia dos circuitos integrados do novo modo de produção capitalista permitiu o rompimento entre tempo e espaço. O capital fez da associação ao tempo seu privilégio: tornou-se leve, fluido, volátil, efêmero. A partir de então, o capital adquiriu mobilidade e flexibilidade, ganhando asas intercontinentais que atravessam incólumes as fronteiras tornadas porosas pelo processo da globalização. Agora, ele pode saltar em qualquer lugar, não precisando ficar além do tempo que dure sua satisfação. O trabalho, ao contrário, permaneceu pesado, imobilizado na solidez do passado, mas agora com uma diferença fundamental: o chão no qual os trabalhadores se fixavam e julgavam firme se tornou movediço. As empresas, desembraçadas da territorialidade, se tornaram soltas e leves, em condições sem precedentes na sua história, para fazerem os empregos surgirem ou desaparecerem conforme julguem válidas ou não as oportunidades econômicas. Agora o capital pode viajar rápido e livre, confiante de que não haverá escassez de parcerias lucrativas. Sua certeza, flutuando na leveza e mobilidade, passou a ser a incerteza de todo o resto da sociedade.



Taylorismo, Fordismo, Pós-fordismo, Toyotismo são termos que identificam escolas de gestão da força de trabalho que tem por objetivo alcançar o máximo desempenho e o resultado superior. Da revisão da literatura viu-se que uma das consequências da crise atual é representada pela degradação do trabalho, na expressão de Harry Braverman, pela corrosão do trabalho na expressão de Mészáros, pela superfluidez do trabalho na expressão de Kurz, pela ampliação da superpopulação relativa ou exército industrial de reserva na expressão de Marx e pela intensificação do labor. As escolas de gestão respondem ao imperativo de organizar a força de trabalho dentro das condições existentes em determinado momento no processo de acumulação. Preenchida esta tarefa definham, perdem espaço e são substituídas por outras que tentam responder às novas conjunturas. Sendo assim, seria plausível supor que o Toyotismo ou o Pós-fordismo ou outras formas de organizar o trabalho vigente estariam sujeitas ao impacto da crise financeira-econômico-social iniciada em 2008, principalmente se verificarmos a instauração de uma tendência de queda nas taxas médias de lucro. Com o aumento do desemprego, a massa e a taxa de salários tendem a cair, o que diminui ainda mais a capacidade de resistência dos trabalhadores.

Seria, portanto, plausível admitir que o capital lançasse mão de estratégias para retomar a produção de valores por meio de práticas ainda mais intensificadoras do trabalho, por alongamento ainda maior das jornadas, por reversão de conquistas obtidas durante períodos de crescimento e por formas mais eficientes de organizar o trabalho. Não está descartado, pois, que Toyotismo e Pós-fordismo sofram mudanças significativas que possam até mesmo implodir enquanto formas de organizar o trabalho e a produção.

#### **7. 4. Teoricamente é possível estabelecer uma relação entre crise e processo de trabalho**

Nesta seção procuramos verificar junto a teóricos de várias orientações a existência de uma possível relação entre crise do capitalismo e mudanças no processo de trabalho. Autores como Keynes analisam a crise do capitalismo como crise de demanda global e que, portanto, não apresenta pistas para o entendimento da questão que propusemos. Seguindo a orientação regulacionista, Krugman atribui a responsabilidade pelo estouro da crise ao sistema bancário sombra. Consequentemente, também não oferece critérios analíticos para a discussão da relação entre crise e processo de trabalho.

Dois outros autores, Kurz e Mészáros, têm uma concepção de um sistema global que se dividia em capitalista e socialista, mas que essencialmente operavam dentro da mesma lógica, a da modernização ou a do sistema do capital. Para ambos, o impacto da crise sobre o trabalho é um elemento relevante de análise, pois a crise se desdobra imediatamente na forma de desemprego, subemprego e intensificação do trabalho. O desemprego reduz a massa de salários, piora as condições de vida. Entretanto, nem Mészáros nem Kurz avançam além deste ponto no entendimento da relação entre crise e processo de trabalho.

Para facilitar a compreensão de processo de trabalho, elaboramos uma síntese a respeito das principais escolas de gestão do trabalho: o Taylorismo, o Fordismo e o Toyotismo. As escolas de gestão representam as formas mais avançadas empregadas em determinados momentos e condições da história de exploração do trabalho. Mas em que medida estas escolas de gestão tem sua emergência ou sua transformação alterada pela incidência de crises do capitalismo?

O Taylorismo aparece como uma solução para o desenvolvimento da produtividade nas empresas,



mediante um recurso sistemático ao mecanismo da produção da mais-valia absoluta, encarnada nos estudos de tempos e movimentos. O Taylorismo em si não requer inovação tecnológica para produzir seus efeitos. Ele pode operar em ambientes impactados por inovações, mas em sua essência não requer esta condição. Ele originalmente se apresenta como uma solução para o problema da baixa taxa de lucro.

O Fordismo apresenta-se como desenvolvimento do Taylorismo por meio da adoção de inovações tecnológicas, as chamadas correias de operação contínua. Os princípios do Fordismo, em primeiro lugar, preenchem o espaço da mais valia relativa, em função das inovações técnicas, pela qual o ritmo e o tempo são controlados mecanicamente. Em segundo lugar, o Fordismo continua a empregar o mecanismo de produção da mais valia absoluta, dado o recurso da individualização do trabalho e a intensificação pelo ritmo e velocidade das atividades.

Taylorismo e Fordismo colapsaram perante a revolta dos assalariados com a alienação do trabalho e com a exploração da capacidade individual levada ao extremo. Com isso, caiu a taxa de lucro e o crescimento econômico capitalista encontrou seus limites nas décadas de 1970 e 1980. Desesperadamente procurava-se um 'novo espírito do capitalismo', na expressão de Boltanski e Chiapello (1999), que liberasse as energias criativas do trabalho. Esta estratégia já vinha sendo lentamente testada nas oficinas japonesas que deram o nome de Sistema de Produção Toyota ao conjunto de princípios e práticas de renovação do processo de trabalho.

Aos dias de hoje o Toyotismo está no centro de um redemoinho infernal. A montadora de veículos Toyota foi obrigada a fazer um recall de 8,5 milhões de veículos em todo o mundo, devido a problemas de segurança em diversos modelos de automóveis. Esse número é maior que a produção total da montadora no ano de 2009. Segundo o presidente da empresa, Akio Toyoda, o vertiginoso crescimento da companhia pode ter relação com os problemas apresentados pelos veículos, ensejando a necessidade de repensar o modelo de gestão da produção<sup>45</sup>. Partindo dessa razão prática, podemos indagar: existem razões teóricas que permitam afirmar que o Toyotismo atravessará a crise mundial iniciada no ano 2008 incólume?

Encontramos, em primeiro lugar, uma relação empírica que permite, por extensão, uma vinculação entre a taxa média de lucro e as escolhas de gestão do trabalho. Seria possível pensar que o colapso do Taylorismo e do Fordismo aconteceu em meio a um processo de queda das taxas de crescimento e de lucro, e que a origem do Toyotismo esteve vinculada à possibilidade de uma empresa realizar ganhos, ainda que dentro de um período de economia de depressão. Para isso, era necessário não inovação técnica, mas controle mais detalhista da subjetividade do trabalhador.

Os fundamentos teóricos para esta relação empírica derivamos diretamente de Marx. As formas de organização da produção capitalista tratam do padrão predominante de extração da mais-valia em um determinado momento. Consequentemente influenciam a taxa de mais-valia, elemento presente na definição da taxa de lucro média. Ao tomarmos como causa das crises capitalistas a queda na taxa de lucro, podemos estabelecer uma relação entre crise e a forma hegemônica de organização do processo de trabalho por meio da taxa média de lucro.

Desta forma, cremos ter estabelecido os fundamentos teóricos que permitem articular crise financeiro-econômico-social e alteração do processo de trabalho. Resta verificar empiricamente esta relação, o que deverá ser feito no capítulo subsequente.



## Referências Bibliográficas

AGLIETTA, Michel. Regulación y crisis Del capitalismo: La Experiencia de los Estados Unidos. México: Siglo Veintiuno editores, 1979.

AMIN, Samir. ¿Debate financiera, crisis sistémica? (2008). Disponível em: <http://www3.rebelion.org/noticia.php?id=76484> . Acesso em: 28.08.2009.

ANTUNES, Ricardo. Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. 5. ed. São Paulo: Boitempo, 2001.

\_\_\_\_\_. Adeus ao Trabalho?: Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo Trabalho. 8. ed. São Paulo: Boitempo, 2002.

\_\_\_\_\_. Apresentação de MÉSZÁROS, Istvan. Crise Estrutural do Capital. SP: Boitempo. 2009.

BEINSTEIN, Jorge. Rostros de la crisis. Reflexiones sobre el colapso de la civilización burguesa. 2008. Disponível em: < <http://www.rebelion.org/docs/75463.pdf> > . Acesso em: 28.08.2009.

BOLTANSKI, Luc et CHIAPPELLO, Éve. Le Nouvel esprit du capitalisme. Paris: Gallimard, NRF-Essais, 1999.

BRAVERMAN, H. Trabalho e Capital Monopolista. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

CARVALHO, Fernando Cardim. Entendendo a Recente Crise Financeira Global. In: Dossiê da crise, Associação Keynesiana Brasileira, Nov. 2008. Disponível em: <<http://www.ppage.ufrgs.br/akb/dossie-crise.pdf>>. Acesso em: 28.08.2009.

CATTANI, David & HOLZMANN, Lorena. Dicionário de trabalho e tecnologia. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2006. 358p.

CHESNAIS, François. El fin de un ciclo. Alcance y rumbo de la crisis financiera. Buenos Aires, Revista Herramienta n. 37, 2008a.

\_\_\_\_\_. Como la crisis del 29, o más... Un nuevo contexto mundial. Buenos Aires, Revista Herramienta n. 39, 2008b.

COSTANZI, Rogério Nagamine. Crise global e impactos no Brasil: o problema da estabilidade da instabilidade financeira. In: Boletim FIPE, n. 347, ago.2009.

DAL ROSSO, Sadi. Mais Trabalho! A Intensificação do Labor na Sociedade Contemporânea. São Paulo: Boitempo, 2008.

DAVIS, Mark et al. Fundamentos da Administração da Produção.3.ed. Porto Alegre: Bookman Editora, 2001.

DIERCKXSENS, Wim La crisis actual como crisis civilizatória. 2008a. Disponível em: < <http://www.rebelion.org/noticia.php?id=77144> > . Acesso em: 28.08.2009.



- \_\_\_\_\_. La crisis sistémica, como oportunidad. 2008b. Disponível em: <<http://www.rebellion.org/noticia.php?id=63323>> . Acesso em: 28.08.2009.
- DUMÉNIL, Gérard & LÉVY, Dominique. Neoliberalismo – Neo-imperialismo. In: Economia e Sociedade, Campinas, v. 16, n. 1 (29), p. 1-19, abr. 2007.
- FARHI, Maryse; PRATES, Daniela; FREITAS, Maria; CINTRA, Marcos. A Crise e os Desafios para a Nova Arquitetura Financeira Internacional. In: Dossiê da crise, Associação Keynesiana Brasileira, nov. 2008.
- FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS & MINISTÉRIO DO TURISMO. Boletim de desempenho Econômico do Turismo. ANO VI, n. 22. abr, 2009. Disponível em: <[http://www.braziltour.com/site/arquivos/dados\\_fatos/Boletimdesempenho/bdet22\\_rev03.pdf](http://www.braziltour.com/site/arquivos/dados_fatos/Boletimdesempenho/bdet22_rev03.pdf)>. Acesso em: 28.08.2009.
- FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL – FMI. World Economic Outlook Update, de 8 julho de 2009. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2009/update/02/pdf/0709.pdf>>. Acesso em: 28.08.2009.
- GRESPLAN, Jorge. (Entrevista a Robert Kurz). A crise vai continuar: AL é a próxima região a entrar na bancarrota. São Paulo: Revista Edusp, 1998.
- HARVEY, David. Condição Pós- Moderna: Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural. 12. ed. São Paulo: Loyola, 2003.
- HUSSON, Michel. Crise: salários contra ganâncias. 2008a. Disponível em: <<http://www.rebellion.org/noticia.php?id=76381>>. Acesso em: 28.08.2009.
- \_\_\_\_\_. ¿Adonde va la crisis? 2008b. Disponível em: <<http://www.rebellion.org/noticia.php?id=76171>>. Acesso em: 28.08.2009.
- \_\_\_\_\_. Toxic capitalism. In: International Viewpoint, n.406 . nov. 2008c. Disponível em: <<http://www.internationalviewpoint.org/spip.php?article1551>>. Acesso em: 28.08.2009.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. Crise. In: Carta de Conjuntura. Brasília: IPEA, n. 5, p. 5-18, dez. 2008.
- \_\_\_\_\_. Impactos da Redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de Automóveis. Nota Técnica DIMAC/IPEA n. 15, ago. 2009. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/notastecnicas/notastecnicas26.pdf>>. Acesso em: 28.08.2009.
- \_\_\_\_\_. Trabalho e Renda. In: Políticas Sociais: acompanhamento e análise. Brasília: IPEA, n. 18, 2010 (no prelo).
- KEYNES, John. A teoria geral do emprego, do juro e da moeda. São Paulo: Nova Cultural, Coleção Os Economistas, 1996.
- KRUGMAN, Paul. The return of depression economics and the crisis of 2008. New York and London: W. W. Norton & Company, 2009.





KURZ, Robert. As luzes do mercado se apagam: as falsas promessas do neoliberalismo ao término de um século em crise. Estudos Avançados. [online]. vol.7, n.18, p. 7-41,1993a.

\_\_\_\_\_. Marx depois do marxismo. São Paulo: Folha de São Paulo, 24 set. 2000.

\_\_\_\_\_. Assistir o capitalismo na doença? A esquerda e o crash financeiro histórico. Berlin: Universidade Técnica de Berlin, 2009a. Disponível em: <<http://obeco.planetaclix.pt/>>. Acesso em: 19.10. 2009.

\_\_\_\_\_. Capitalismo sem mais-valia? Um debate insuficiente sobre os limites do crescimento. Berlin: Semanário Freitag, 2009c. Disponível em: <<http://o-beco.planetaclix.pt/kurz340.htm>>. Acesso em: 19.10. 2009.

\_\_\_\_\_. Quem regula o quê? Berlin: Semanário Freitag, 2009d. Disponível em: <<http://o-beco.planetaclix.pt/kurz345.htm>>. Acesso em: 19.10. 2009.

\_\_\_\_\_. O universo econômico paralelo. Berlin: Neues Deutschland, 2009e. Disponível em: <<http://o-beco.planetaclix.pt/kurz342.htm>>. Acesso em: 19.10. 2009.

\_\_\_\_\_. A rota de colisão no pacífico. Berlin: Neues Deutschland, 2009f. Disponível em: <<http://o-beco.planetaclix.pt/kurz346.htm>>. Acesso em: 19.10. 2009.

LOPES, Francisco. A dimensão da crise. IN: BACHA, Edmar & GOLDFAJN, Ilan (Org.) Como Reagir à Crise? Políticas Econômicas para o Brasil. Instituto de Estudos de Política Econômica da Casa das Garças (IEPE/CdG), 2008.

LORDON, Frédéric. O mundo refém das finanças. Le Monde Diplomatique, set. 2007.

\_\_\_\_\_. O pesadelo das finanças sem freios. Le Monde Diplomatique, mar. 2008.

MARQUES, Rosa Maria. Resenha do livro: O colapso da modernização – da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. In: Revista de Economia Política, vol. 13, nº 3 (51), jul.-set.1993.

MARX, Karl. O Capital. 3. ed. São Paulo: Nova Cultura, 1998.

\_\_\_\_\_. Manuscritos Econômicos e Filosóficos, primeiro manuscrito. Lisboa: Edições 70, 1989.

MÉSZÁROS, Istvan. Beyond Capital. London: Merlin Press, 1995.

\_\_\_\_\_. Para além do capital: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2002. 1104p.

\_\_\_\_\_. A crise estrutural do capital. São Paulo: Boitempo, 2009. 136p.

MONTES, Miguel. La crisis, cáncer incurable del capitalismo. Comunicação pessoal, dez. 2008. Disponível em: <<http://www.rebellion.org/noticia.php?id=77688>> . Acesso em: 27.11.2009.

PFEILSTICKER, Zilda Vieira de Souza. Demissão Voluntária: passagem da estabilidade para as vulnerabilidades do mundo do trabalho. 298 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2008.



PINTO, Geraldo Augusto. A organização do trabalho no século 20: taylorismo, fordismo e toyotismo. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

PRADO, Eleutério F. S. Resenha do livro: O colapso da modernização – da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. In: Revista de Economia Política, vol. 13, nº 3 (51), jul.-set. 1993.

SERVIÇO DE APOIO A MICRO E PEQUENAS EMPRESAS- SEBRAE - Distrito Federal. Perfil do setor hoteleiro do Distrito Federal. 2005.

SCHWARZ, Roberto. Um livro audacioso. In: KURZ, Robert. O Colapso da Modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. Paz e Terra S.A. ,1993

SHAIKH, Anwar. Uma Introdução à História da Teoria das Crises. In: Ensaios FEE, Porto Alegre, 4(1): p.5-45, 1983.

TORRADO, Alfredo. Perspectivas para la lucha de clases en los próximos años. Comunicação pessoal, dez. 2008. Disponível em:< <http://www.rebellion.org/noticia.php?id=77371>>. Acesso em 28.08.2009.

WOLF, Martin. As lições a serem aprendidas com a atual crise financeira. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/midiaglobal/fintimes/2008/07/02/ult579u2509.jhtm>>. 2008a. Acesso em: 28.08.2009.

\_\_\_\_\_. Keynes nos oferece a melhor forma de pensar sobre a crise. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/midiaglobal/fintimes/2008/12/24/ult579u2668.jhtm>> 2008b. Acesso em: 28.08.2009.

